

Na pauta, acordos nucleares 97

WASHINGTON — Um fato apontado como prova de que Brasil e Estados Unidos podem estar caminhando realmente na direção de uma “nova parceria” é o início das negociações para a assinatura de dois acordos na área nuclear. Este é um dos principais temas da conversa entre Bill Clinton e Fernando Henrique Cardoso.

O primeiro acordo diz respeito a uma cooperação técnica genérica, agora que o Brasil deixou de ser visto como ameaça potencial — um país disposto a construir a bomba atômica e capaz de vender tecnologia nuclear a nações que os Estados Unidos consideram perigosas, como Irã, Iraque e Líbia.

O segundo acordo é de assistência técnica americana a operações de salvaguarda. Um dos sintomas de que os dois países iniciam um novo relacionamento é o fato de os Estados Unidos se disporem a um intercâmbio e à prestação de assistência nesse setor, mesmo o Governo brasileiro tendo deixado claro que não está disposto a assinar a extensão do Tratado de Não-Pro-

liferação Nuclear (TNP).

— Nossa expectativa é que não haja uma cobrança direta sobre isso ao presidente Fernando Henrique por parte de Clinton — disse o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

Dois dias atrás ele conversou com Mickey Kantor, chefe do Escritório de Comércio da Casa Branca (USTR). E, mais uma vez, ouviu dele queixas em relação à alíquota de 70% sobre a importação de pouco mais de 100 produtos industrializados. Ainda assim, esse tema não deverá ser tratado pelos dois presidentes.

— Os americanos estão menos incomodados pelo impacto da alíquota em si, e mais pelo fato de o Brasil ter sido participante ativo das recentes negociações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) e, na primeira oportunidade que teve, ter deixado de colocar em prática as regras acertadas ali — disse Flecha de Lima, referindo-se ao fato de que, pelo Gatt, o Brasil deveria comunicar antecipadamente o aumento das tarifas — ainda que ele seja temporário. (JMP)